



Número: **0800617-60.2016.8.15.0231**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Mamanguape**

Última distribuição : **08/04/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUIZ ANASTACIO DA SILVA (AUTOR)		EMMANUEL SARAIVA FERREIRA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
3431246	08/04/2016 11:25	Petição Inicial	Petição Inicial
3431291	08/04/2016 11:25	inicial	Outros Documentos
3431304	08/04/2016 11:25	Declaração de pobreza e procuração	Outros Documentos
3431315	08/04/2016 11:25	Doc Pessoais	Outros Documentos
3431321	08/04/2016 11:25	B	Outros Documentos
3431388	08/04/2016 11:25	DOC MEDICO-otimizado-1	Outros Documentos
3431403	08/04/2016 11:25	DOC MEDICO-otimizado-2	Outros Documentos
8911683	27/07/2017 16:01	Petição	Petição
8911722	27/07/2017 16:01	Processo concluso - Luiz	Outros Documentos
9055587	21/08/2017 12:39	Despacho	Despacho
10588131	06/11/2017 13:51	Petição	Petição
10588164	06/11/2017 13:51	SOBRE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. LUIZ ANASTACIO DA SILVA	Outros Documentos
10588168	06/11/2017 13:51	Comprovante de Requerimento Administrativo. LUIZ ANASTACIO DA SILVA	Documento de Comprovação
10589746	06/11/2017 14:41	Petição	Petição
10589963	06/11/2017 14:41	DECLARAÇÃO DE RESIDENCIA	Documento de Comprovação
16753308	23/09/2018 17:48	Despacho	Despacho
24945435	02/10/2019 09:39	Carta	Carta

PETIÇÃO, EM ANEXO.



SARAIVA & ASSOCIADOS
AVENIDA FLORIANO PEIXOTO, Nº 4510 – BAIRRO MALVINAS – CEP
58.432.809
PRÓXIMO AO HOSPITAL DE TRAUMA-
CAMPINA GRANDE – PB – FONES: 83 – 3342-2704; 83- 9.9829-8855 –
E-mail: balbinoscg@hotmail.com

**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA
COMARCA DE MAMANGUAPE - PB.**

LUIZ ANASTACIO DA SILVA, brasileiro, casado, portador do RG nº 515.236 – SSP/PB e inscrita no CPF sob o nº 983.134.784-20, residente e domiciliado na Rua Nova nº 41, Bairro dos Populares, Santa Rita/PB, CEP: 58301-080 por intermédio de seu e ou sua bastante procurador (a) que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço acima epigrafado, onde deverá receber as intimações, vem perante Vossa Excelência, propor e requerer o seguinte:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.
POR INVALIDEZ.**

Contra: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS-DPVAT, Inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro-RJ, CEP- 20.031.201, expondo e ao final requerendo o seguinte:

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra o (a) Promovente requer esta inicialmente a **Justiça Gratuita** de tal forma a poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade. É cediço que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº. 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

DOS FATOS

Em, 07/08/2013, por volta das 08h30minh, o declarante seguia na rodovia PB 041 que liga Baía da Traição a Rio Tinto, quando na Aldeia Indígena Caicara em um quebra molas perdeu o controle do veículo e veio a tombar danificando o Veículo e vitimando o condutor que sofreu corte em calcâneo, que foi socorrido para o Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Rosário em Mamanguape. Conforme se faz prova com a certidão de ocorrência policial e prontuário médico, em anexo.

Devido à gravidade das lesões sofridas, **corte em calcâneo** (a) autor (a) encontra-se incapacitado para suas ocupações habituais, conforme se prova com os documentos



acostados na exordial, onde é possível se aferir a ocorrência dos danos sofridos pelo (a) requerente, a que resultou em invalidez permanente.

Constatada a debilidade permanente do (a) autor (a), em razão de acidente de trânsito, faz jus o (a) mesmo (a) ao recebimento da quantia de **R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, corrigida desde a data do evento. A indenização deve atingir o valor máximo em razão das condições sócio-econômicas e físicas do (a) autor (a), de modo que a incapacidade parcial deve ser considerada como total.

DO DIREITO

Acontece que o DPVAT não pode ser pleiteado junto a Demandada, porque se nega a receber e liquidar o seguro, visto que, entende que o beneficiário não é portador de seqüela indenizável.

A Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, ainda determina. In verbs:

“**Art. 31.** Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que **corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de seqüelas residuais**”. Grifo nosso.

Ressalte-se que foi um grande e substancial avanço da norma em que pese ao legislador abandonar o dano, passando a quantificar as lesões entendidas pelas seguradoras agora como “seqüelas residuais” em grau mínimo em 10% (dez por cento).

O que obviamente não poderia, mas ocorrer era condicionar o pagamento das indenizações a amputação, perda de órgãos vitais para só assim o (a) beneficiário (a) receber a indenização devida por lei. O pagamento diante das inovações passou desta forma a ter outra conotação e interpretação determinando o pagamento ate mesmo em casos de pequena debilidade.

Nunca é demais ressaltar que o art. 5º da Lei 6.194/74 prevê que a indenização securitária seja paga “independentemente da existência de culpa”, bastando à simples prova do acidente e do dano decorrente.

Essa disposição contraria o art.787, CC, acima transcrito que define o seguro de responsabilidade como sendo o que garante o pagamento de perdas e danos devidos pelo seguro a terceiro.

Em consonância o art. 927, CC, estabelece que a obrigação de reparar surja quando for praticado ato ilícito que cause danos a outrem, não é imaginável pretender que um seguro garanta indenização mediante “simples prova do acidente e do dano”, sem perquirir acerca do causador ou do responsável pelo sinistro, seja considerado como de responsabilidade civil, o que configuraria uma aberração jurídica.

A própria SUSEP – Superintendência de Seguros Privados – esclarece em seu site (www.susep.gov.br) que qualquer vítima de danos causados por veículo automotor de via terrestre pode requerer o seguro, inclusive o motorista culpado. Portanto, ainda, que se considere que a dispensa do elemento culpa se deve ao fato de a Lei 6.194/74 tratar de responsabilidade civil objetiva, não se pode olvidar o fato de que essa norma não pressupõe ao menos que a vítima seja um terceiro prejudicado (outrem), mas, ao contrário disso, ainda diz que havendo vítimas em mais de um veículo envolvido, a indenização será paga pela seguradora dos respectivos veículos.



O que mais uma vez comprova que esse seguro é simplesmente de dano e não de responsabilidade civil.

A Lei n. 6.194/74 determina o pagamento da indenização mediante a SIMPLES ocorrência do acidente e do dano por ele provocado, no entanto, as seguradoras, dentre as quais figura a promovida, procuram inviabilizar o DPVAT, fundando sua posição em resoluções e circulares, as quais encontram em rota de colisão com o dispositivo legal infracitado.

Como se observa, a Lei não pode se curvar aos interesses macro ambiciosos das seguradoras, que militam no ramo de seguro deste País, sendo que, na verdade o veredicto, caracterizaria num perigo para o cidadão comum.

Quanto ao Direito à percepção do seguro a Lei n. 6.194/74, art. 5º, preceitua que:

“O pagamento da indenização, será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”. Grifo nosso.

Infere-se no dispositivo legal infracitado que a indenização será devida mediante a “SIMPLES” ocorrência do acidente e do “DANO” por ele provocado. O Governo Federal, em maio de 2007, sancionou a Lei nº 11.482/2007, que alterou a Lei nº 6.194/74, atendendo pleito das seguradoras, sendo que, anteriormente, o valor do DPVAT, correspondia a 40 (quarenta) salários mínimos, reduziu o valor da indenização sendo que o novo texto passou a ter a seguinte redação:

O “Art. 3º, In verbs:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares

A JURISPRUDÊNCIA

Recentemente, a 4ª Câmara do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, em outro processo similar, assim pronunciou sobre a ausência de Laudo do IML, senão vejamos:

JULGADOS DA QUARTA CAMARA

PUBLICAÇÃO: 24 DE MAIO DE 2006

“APELAÇÃO CÍVEL Nº 078.2005.000.926-1/001

RELATOR Dr. Antônio de Pádua Lima Monte Negro

APELANTE: Unibanco AIG Seguros

APELADO: Sérgio Ricardo Souto Campos

*DPVAT. Seguro obrigatório. Invalidez permanente. Indenização. Procedência da ação. Apelação Cível - Preliminar de carência de ação. Rejeição. Preliminar de falta de ilegitimidade passiva. Rejeição. Alegação de competência da C N S P (Conselho Nacional de Seguros Privados) para editar instruções. Impossibilidade de vinculação de indenização ao salário mínimo. Apelação Cível desprovida. **Não há que se falar em carência de ação pela ausência de comprovação documental concernente ao laudo pericial do IML, quando presente nos autos outros elementos de prova que comprovam plenamente a pretensão do Autor.** (Possuem legitimidade para figurar no pólo passivo da ação de cobrança para recebimento de indenização do seguro todas as seguradoras que fazem parte do consórcio previsto no artigo 7º da Lei 6194)74. O valor da indenização devida em virtude do seguro, DPVAT, em caso de invalidez permanente, é de até 40 (quarenta) salários*



mínimos, nos termos do art. 3º da Lei 6.194/74, devendo prevalecer essa norma frente ao teto fixado pela CNSP. É legítima a fixação do valor devido em razão do seguro DPVAT, com base no salário mínimo, nos termos da Lei 6.194/74, por não traduzir um fator de correção, mas de simples fixação do valor da indenização. ACORDA a Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, por votação unânime, em REJEITAR AS PRELIMINARES, E, MERITO, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO CÍVEL, na conformidade do relatório e voto do Relator, que passam a integrar o julgado". – GRIFAMOS

Com o advento da Lei nº 8.441/92, atacada pela Recorrente, esta foi ainda mais genérica, abrangente, visto que, o objetivo do DPVAT, não é o de enriquecer as seguradoras que exploram o ramo do seguro obrigatório, mas tão somente de amparar as vítimas e os parentes das vítimas de acidente de trânsito que em nosso país mata milhares de pessoas.

DO REQUERIMENTO

PELO EXPOSTO, requer a Vossa Excelência, com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, Art. 31 da Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, a procedência da presente demanda, para o fim de condenar a requerida ao pagamento da indenização em epígrafe, fundada **no pagamento de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, referente ao seguro DPVAT, face a invalidez sofrida pelo (a) autor (a), que veio a comprometer a estrutura do **MEMBRO FRATURADO**, adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

1-Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão, com fundamento no Art. 221, I, do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR (Correios e Telégrafos);

2-Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com o rito especial imposto a lide, tenha início a instrução e julgamento;

3-Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas **provas periciais**, documentais e depoimento do (a) autor (a);

4-Com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativa a data do sinistro;

5-Seja a demandada condenada em honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, mais custas processuais e demais emolumentos;

6- Caso necessário, sejam solicitadas cópias do Prontuário Médico do **Hospital da Cidade de Pendências/RN**, casa de saúde em que efetuou procedimento junto ao autor e ou (a), como forma de elucidar algum outro dado secundário e ou necessário, o qual possibilitará ao Douto Julgador, proferir o seu livre convencimento;

7-Requer ainda, que seja oficiada a direção do IML, para realizar a perícia no (a) autor (a), visto que tal providência torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda.

8-Finalmente requer a **gratuidade da Justiça** nos termos do art. 2º da Lei n. 1.060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

9-Dar-se-á a presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente fiscais.

Nestes Termos.

Pede e Espera Deferimento.

CAMPINA GRANDE-PB, 07 de Março de 2016.

ADVOGADO DR. EMMANUEL SARAIVA
OAB 16928/PB

Via.

4



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):_____

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?:

_____.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?:

_____.

Sem mais, em ____/____/____.
(assinatura – carimbo – CRM)



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: LUIZ ANASTACIO DA SILVA, brasileira, casado, marceneiro, portador (a) do CPF nº 983.134.784-20, RG n. 515.236 SSP/PB residente e domiciliado (a) no(a) Rua João Caetano, nº 130, centro- Mamanguape -

PB, nomeia e outorga poderes ao **Outorgado:** Bel. EMMANUEL SARAIVA FERREIRA, Solteiro, OAB 16928/PB, podendo ser intimados na Rua Floriano Peixoto 4510, Malvinas, nesta cidade de Campina Grande/PB, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em geral com a cláusula "ad Judicia", art. 38 parte final do CPC, **COM FIM ESPECIAL DE ENTRAR NA JUSTIÇA COM AÇÃO DPVAT , junto à comarca de Mamanguape - PB**, podendo os outorgados, confessarem, assinarem, desistirem, proporem acordo, receberem intimações, darem quitações, transigirem, apresentarem réplica, oposições, firmarem , apresentarem recurso e contra razões, e ainda requererem seguro de vida, junto bem como, substabelecer esta com ou sem reservas de poderes, podendo e acompanhar todo processo até o final do julgamento, representado ainda o outorgante, podendo ajuizar apelação criminal, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, podendo finalmente, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATICIOS

Pelo presente instrumento as parte outorgante e outorgado firmam o presente contrato, onde o fica estabelecido que **honorários advocatícios sejam pagos na base de 20%, (vinte por cento) sobre o valor bruto da condenação final apurado em liquidação de sentença, sem prejuízos dos honorários de sucumbência, conforme pacto através do presente contrato, nos termos do Art. 22, § 4º, da Lei 8.906-1994. Nada mais a constar lavro o presente que vai por todos devidamente assinado para que surta seus jurídicos e legais efeitos.**

João Pessoa-PB, em 22/02/2016.

Outorgante: Luiz Anastacio da Silva.

* Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

LUIZ ANASTACIO DA SILVA, brasileira,
casado, marceneiro, portador (a) do CPF nº 983.134.784-20, RG n.
515.236 SSP/PB residente e domiciliado (a) no(a) Rua João
caetano, nº 130, centro- Mamanguape-PB.

DECLARA, para os devidos fins de Direito, e a que se fizerem necessário especialmente para fazer prova Junto a **VARA CIVEL DA COMARCA DE MAMANGUAPE,** **ESTADO DE PARAÍBA,** nos termos da Lei n. 7.510, de 04 de julho de 1986, objetivando obtenção dos benefícios da Justiça Gratuita, por ser pobre na forma da Lei, não dispondo de meios para prover as custas do processo da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT.** Declara ainda ser conhecedor das sanções administrativas e Criminais, caso o presente não retrate a verdade. Nada mais a constar, assino o presente para que surta seus jurídicos e legais efeitos.

João Pessoa/PB, em 22 de Fevereiro de 2016.

Declarante: Luiz Anastacio da Silva





ESTADO DA PARAÍBA
POLÍCIA MILITAR
COMANDO DO POLICIAMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA
BATALHÃO DE TRANSITO
1ª COMPANHIA/BPTRAN



BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº. 0050/2013 FL: 01/13

DADOS DO ACIDENTE

Nº. BAT 0050	Responsável pelo Levantamento do Acidente: AGENTE DE TRANSITO Valdecir Minervino Soares		Matrícula: 518.003-1		Posto/Graduação: CABO PM	
Rua, Avenida, Cruzamento, Rodovia, KM, Trecho da Rodovia: Rodovia PB 041 que liga Rio Tinto a Baía da Traição			Hora 08:30	Bairro Zona Rural	Município Marcação	UF PB
Data/Ocorrência 07/08/13	Dia da Semana Quarta Feira	C/S Vítima (QT) Com Vítima	Natureza do Acidente Tombamento	Tipo de pavimento Asfalto	Condições /Via Seca	Tempo Bom
Envolvidos no acidente (Quantidade) (01) Moto Fan			Controle do tráfego no local Sem Controle		Tipo de via Trânsito Lento	

CONDUTOR (01)

Nome Luiz Anastácio da Silva		Nacionalidade Brasileiro		Sexo Masculino	Nascimento 19/04/45	RG	CPF
Endereço (rua, avenida...): Rua Nova nº41		Bairro Das Populares		Município Santa Rita	UF PB	Telefone	
1ª Habilitação	Categoria	Registro CNH/Nº.	UF	Ex.méd. em dia	Data de Vencimento		Usava (Sim/Não) Cinto (—) Capacete (x)
Exame de embriaguez alcoólica: Não				Comportamento do condutor: Permaneceu no local foi Socorrido para o Hospital de Traumas			

VEÍCULO (01)

Marca Honda/Fan 125	Espécie/Tipo Pass/Automóvel	Cor Preta	Placa MOW 1244	Categoria Particular	Município Mamanguape	UF PB
Nome do Proprietário: Gerlande Brito da Silva						
Endereço (rua, avenida...): Rua João Caitano nº150		Bairro Centro	Município Mamanguape	UF PB	Telefone _____	
Seguradora DPVAT		Bilhete N°. 010199685310	Renavam N°.		Data de Emissão 10/05/13	
Defeitos (farol dianteiro, lanterna traseira, lanterna de freio, limpador de pára-brisas, seta dianteira,...): Nada constatado						

VERSÃO DO CONDUTOR (01)

O condutor declarou que: Seguiu na Rodovia pb 041 que liga Baía da Traição a Rio Tinto quando na Aldeia Indígena Caieira em um Quebra Mola perdeu o Controle do Veículo veio a Tombar.

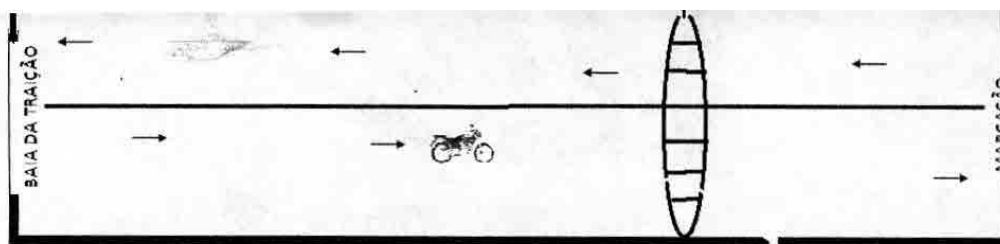
BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO Nº. 0030/2013 FL: 01/13

CONSTATADO

Ficou constatado quando do levantamento: Que o V 01 seguia da Baía da Traição quando na Aldeia Indígena Caieira em um quebra mola perdeu o controle do Veículo onde veio a Tombar danificando o Veículo e Vitimando o Condutor que foi Socorrido para o Hospital e Maternidade Nossa Senhora do Rosário em Mamanguape.

VIA "A": Rodovia PB 041 que liga Baía a Rio Tinto-pb
V1: MOTO HONDA FAN=MOW 1244/PB





REFERENTE DIREÇÃO TOMADA PELO
 REFERENTE A UMA MOTO
 REFERENTE AO QUEBRA MOLA
 REFERENTE SENTIDO DA VIA
 REFERENTE CORPO DA VITIMA

Desenho ilustrativo não obedece escala



REFERENTE A UMA MOTO

Mamanguape PB, 07 de Agosto de 2013.

Valdecir Minervino Soares
 VALDECIR MINERVINO DE SOARES- Agente de Transito
 Matrícula 518.003-1

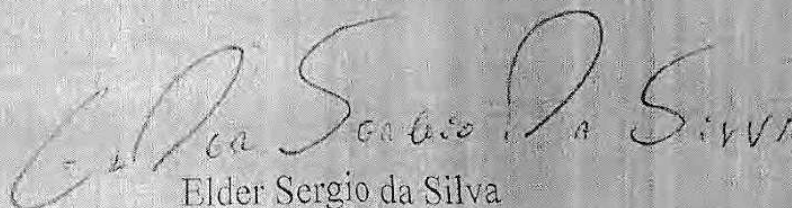


53+793

DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que, LUIZ ANASTÁCIO DA SILVA, residente à Rua: João Caetano, nº 130, Município de Mamanguape – PB, deu entrada nesta Unidade hospitalar no dia 07/08/2013 às 09h00 min. Paciente Vítima de Acidente de Moto com corte em calcâneo, o mesmo foi atendido pela Médica de plantão Dr^a. Liliane Fernandes.

Mamanguape, 05 de Maio de 2015



Elder Sergio da Silva

Diretor Administrativo

Rua Duque de Caxias Nº 230 – Mamanguape/PB – CEP: 58280-000 – Bairro: Centro
CNPE 08.898.124/0001-71. F.: (83) 3292-4678





PREFEITURA MUNICIPAL DE MAMANGUAPE
HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL
NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO



RECEITUÁRIO

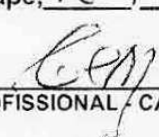
P/ Luis Anastacio da
Silva

Declaração

Declaro p/ os devidos
fins que o percento
do meu - Bônus proporcional
em Calceado Esp. Pós
percento de 11,11

Ind. - 11,11% - 11,11%
Bônus - 11,11%
Ind. - 11,11% - 11,11%

Mamanguape, 10 / 08 / 13


PROFISSIONAL CARIMBO

Rua Duque de Caxias, 230 - Centro - CEP 58280-000 - Fone: (83) 3292-4678



Ficha de Acolhimento

Nome: Elaine Albuquerque de Aquino Lucena
 End: Rua Amazonas Fátima Melo, 40 Bairro: Boa Vista
 Data de Nascimento: 30-03-60 Documento de Identificação: (Centro)
 Queixa: Rueda moto Data do Atendimento: 05.08.15 Hora: 18:01 Documento:
 Acidente de trabalho? ☐ Sim ☒ Não

Classificação de Risco

Nível de consciência: ☒ Bom ☐ Regular ☐ Baixo Aspecto: ☐ Calmo ☒ Fáceis de dor ☐ Gemente
 Frequência respiratória: Frequência cardíaca:
 Pressão arterial: Temperatura axilar:
 Oxiem de Hg: Mucosas: ☒ Normocrada ☐ Pálida
 Desorientação: ☒ Livre ☐ Cefaleia de intensidade ☐ Média

Estratificação

MOD. 110

- Ortopedia
☐ Vermelho - atendimento imediato
☒ Verde - atendimento até 4 horas

- ☒ Amarelo - atendimento até 1 hora
☐ Azul - atendimento ambulatorial

Assinatura e carimbo do profissional



Diagnóstico

FX Coluna T6-T7 (E)

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente	MS Aparição	Local	Alcance	Leito	Comódo	Exatidão Médica
5/19	1) Dta de adm. 1500 ml 2) SF 697 3) Dta de adm. 1214 4) Dta de adm. 1214 5) Dta de adm. 1214 6) Dta de adm. 1214	1) Dta de adm. 1500 ml 2) SF 697 3) Dta de adm. 1214 4) Dta de adm. 1214 5) Dta de adm. 1214 6) Dta de adm. 1214	1) Dta de adm. 1500 ml 2) SF 697 3) Dta de adm. 1214 4) Dta de adm. 1214 5) Dta de adm. 1214 6) Dta de adm. 1214	1) Dta de adm. 1500 ml 2) SF 697 3) Dta de adm. 1214 4) Dta de adm. 1214 5) Dta de adm. 1214 6) Dta de adm. 1214	1) Dta de adm. 1500 ml 2) SF 697 3) Dta de adm. 1214 4) Dta de adm. 1214 5) Dta de adm. 1214 6) Dta de adm. 1214	1) Dta de adm. 1500 ml 2) SF 697 3) Dta de adm. 1214 4) Dta de adm. 1214 5) Dta de adm. 1214 6) Dta de adm. 1214
<p>CO = upm</p> <p>Dr. Ercilano Dr. Edmar</p>						

Prof. Cabera Koster

FOLHA DE TRATAMENTO E EVOLUÇÃO

Paciente: Maria Aparecida P. Gasparotto

Lato	$\frac{1}{2}$	Convênio	3
------	---------------	----------	---

Edoardo Madaia

0-0-011

Presidência Municipal

like a bird.

Amor de

Princa 21

May. One hundred



1. The first part of the paper is devoted to the study of the asymptotic behavior of the solutions of the system (1) as $t \rightarrow \infty$. It is shown that the solutions of the system (1) are bounded and tend to zero as $t \rightarrow \infty$ if the matrix A is stable. The second part of the paper is devoted to the study of the asymptotic behavior of the solutions of the system (1) as $t \rightarrow \infty$ if the matrix A is not stable. It is shown that the solutions of the system (1) are unbounded and tend to infinity as $t \rightarrow \infty$ if the matrix A is not stable.

1. The first part of the document is a title page. It contains the title of the document, the author's name, and the date of the document. The title is "The History of the City of New York, from its first settlement to the present time." The author is "John Smith." The date is "1790."

[illegible][illegible]

553 0108

GOVERNO
DA PARAIBA

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA
DOY LUÍZ GONZAGA FERNANDES



SOCIETIM DE ENFERMAGEM

[illegible]

DIAGNOSTICO DA ENFERMAGEM

[illegible]

PRESCRIÇÃO DE ENFERMAGEM

MONITORAÇÃO DE SINAIS VITAIS	321 00	9
REALIZA CONTROLE DE GERMENIATARIAS		
ORIENTA O PACIENTE A REALIZAR RESPIRAÇÃO PROFUNDA		
INSTALAR CATETER DE OXIGENIAÇÃO CONFORME ORIENTAÇÃO MÉDICA		
AVALIAR SINAIS DE INSUFICIÊNCIA RESPIRATORIA: RUÍDOS, EXTERIORES E GATINENTOS DA BOCA DO PACIENTE		
ASPIRAÇÃO DE NASOAEREAIS		
POSICIONA O PACIENTE EM DECÚBITO DE 45°		
MANTER A CABEÇA DO PACIENTE LATERALIZADA QUANDO REPOUSANDO		
MONITORAR SINAIS DE SINTOMAS DE IRRITAÇÃO DE PIEL: HIPEREMIA, CALOR, RUBOR, PRURITO	Continuo	6/2/1
ASSISTÊNCIA ANOPICTOCORADO	norma	
REALIZA EXAMES RESPIRATORIAIS: INCRUSTANTES E INCRUSTAÇÃO DO PACIENTE	sem	
RELACIONAR OS SINAIS IDENTIFICADOS AS COMPLICAÇÕES RELACIONADAS PELA EQUIPE DE CUIDADOS DO PACIENTE		

450 125



RESULTADOS ESPERADOS:

REGISTROS

ASSINATURA
CARMELO

Associação Família de São Santos.

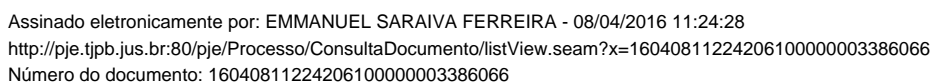
Pharmacia de Enfermagem

QREN 992.348

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / DIÚRNA

06/08/35 11:35h. Quantz
cylind. 20mm, en interior
bancos a en quires MCP
2 en subclavos de equis. 2

INTERCORRÊNCIA DE ENFERMAGEM / NOTURNA





GOVERNO
DA PARAIBA

SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

8.3

Ma
Aparecida

Dr. H. Guimaraes

Peirito 01

Fa. Adilson Rocha

MOD. 001

Dr. Jefferson Libson L. Rocha
Ortopedia e Traumatologia
CRM: RN 6657

Data

7.8.15

Médico



GOVERNO
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

Hospital de Emergência e Trauma Dom Luiz Gonzaga Fernal

FE14

AVALIAÇÃO CARDIOLÓGICA COM RISCO CIRÚRGICO

NOME: A. Almeida de Araújo Leal IDADE: 55 SEXO: F

IMC: 27.5 PROCEDÊNCIA: Urgência PROFISSÃO: Enfermeira DATA: 06/03/16

1 - SINTOMATOLOGIA CARDIOVASCULAR:

(☒) Assintomática () Sintomática () Oligossintomática

SINTOMAS:

() Cefaléia () Tontura () Síncopse
() Dispneia de esforço () Grande () Pequena
() Palpitações () Média () Ortopnéia
() Dor Precordial () Tosse Seca () Expectoração
Relacionada: () Esforço () Típica () Atípica
() Emoções () Frio () Pós-prandial

Comentários: _____

2 - PATOLOGIAS EM CURSO:

() Hipertensão Arterial Sistêmica () Hipertensão Pulmonar () DPOC () Outros
() Diabetes Mellitus () Insut. Cardíaca Congestiva () Insuficiência Coronariana
() Arritmias () Insuf. Renal () Aguda () Crônica

3 - ANTECEDENTES PESSOAIS:

(☒) Alergia a Medicamentos: Diclofenaco (☒) Tabagismo: 720 cigarros
() Etilismo (☒) Cirúrgico: Prostatectomia I e II, long. colelitomia
() Dislipidemia () Sedentarismo () Outros

Medicamentos em uso (☒) Não () Sim

4 - EXAME FÍSICO:

() Estado Geral (☒) Bom () Regular () Comprometido () Precário () Altura ()

Ap. Cardiovascular - Comentários: _____

FC: 90 b.p.m P.A.: 100/80 mmHg

Ap. Respiratório - Comentários: _____

Abdômen - Comentários: _____

Membros Inferiores - Comentários: _____

5 - E.C.G.: Normal

Ex. Laboratoriais: 777

6 - CONCLUSÃO RISCO CIRÚRGICO:

(☒) Grau I - AVC e ECG - normais (Risco Cirúrgico Normal)
() Grau II - AVC e ECG - anormais (Risco Cirúrgico Normal)
() Grau III - AVC e ECG - anormais (Indicado Monitorização Cardíaca)
() Grau IV - AVC e ECG - com graves alterações (Alto Risco Cirúrgico - se possível evitar)

Obs.: _____

Ass. do Médico





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS
GONZAGA FERNANDES
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS
Sistema
Único
de
Saúde

Sr(a): MARIA APARECIDA DE ARAUJO LACERDA Protocolo: 0000225334 RG: ALA CLINICA I-3
Dr(a): EDUARDO BRAGA MORAIS Data: 06-08-2015 08:33 Origem: AREA AMARELA
Conteúdo: HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES Idade: 55 anos Destino: AREA AMARELA

HEMOGRAMA

[DATA DA COLETA: 06/08/2015 08:34]

Resultados

Valores de Referência

SÉRIE VERMELHA

Eritrócitos	4.75 milhões/mm ³	3,9 à 5,9 milhões/mm ³
Hemoglobina	13,7 g/dL	12,0 à 16,0 g/dL
Hematócrito	42 %	35,6 à 48,6 %
V.C.M.	88 fL	82,0 à 92,0 fL
H.C.M.	29 pg	27,0 à 31,0 pg
C.H.	33 g/dL	32,9 à 36,0 g/dL

SÉRIE BRANCA

Leucócitos	9.300 /mm ³	5.000 à 10.000 /mm ³
	(%)	(/mm ³)
Neutrófilos		
Pseudolobulados	0	0
Mielocitos	0	0
Metamielócitos	0	0
Bastonetados	4,0	372
Segmentados	60,0	5.580
Eosinófilos	6,0	558
Basófilos	0	0
Linfócitos		
Típicos	25,0	2.325
Atípicos	0	0
Monócitos	5,0	465
CONTAGEM DE PLAQUETAS	266.000 mm ³	150.000 à 400.000 mm ³

OBSERVAÇÕES: Contagens repetidas e confirmadas.

Lillie Marianne L. M. Martins
CRF-PB 1463





ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL DE TRAUMAS DOM LUIS
GONZAGA FERNANDES
LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS



SUS
Sistema
Único
de
Saúde

Sr(a):	MARIA APARECIDA DE ARAÚJO LACERDA	Protocolo:	0000225334	RG:	ALA CLINICA I-3
Dr(a):	EDUARDO BRAGA MORAIS	Data:	06-08-2015 08:33	Origem:	AREA AMARELA
Convênio:	HOSPITAL DE TRAUMAS D. LUIZ G. FERNANDES	Idade:	55 anos	Destino:	AREA AMARELA

TEMPO DE SANGRAMENTO 2'00''

[DATA DE CRIAÇÃO: 06/08/2015 08:35]

[LOCAL DE CRIAÇÃO: ...]

Método: ...

[LOCAL DE CRIAÇÃO: ...]

Método: ...

TEMPO DE COAGULAÇÃO 6'00'' min

[DATA DE CRIAÇÃO: 06/08/2015 08:35]

[LOCAL DE CRIAÇÃO: ...]

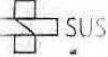
Método: ...

[LOCAL DE CRIAÇÃO: ...]

Método: ...

Lile Marcianne L. M. Martins
CRF-PB 1463



 Sistema Único de Saúde		Ministério da Saúde		LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR			
Identificação do Estabelecimento de Saúde				Identificação do Paciente			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE <i>Hosp. José Almeida</i>				2 - CNES _____			
3 - NOME DO ESTABELECIMENTO EXECUTANTE _____				4 - CNES _____			
5 - NOME DO PACIENTE <i>W. Aparecida de Jesus Lacerda</i>				6 - Nº DO PRONTUÁRIO _____			
7 - CATEGORIA NACIONAL DE SAÚDE (CNS) _____				8 - DATA DE NASCIMENTO _____			
9 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/> 1 Fem. <input checked="" type="checkbox"/> 3				10 - RAÇA / COR - 10.1 _____			
11 - NOME DA MÃE _____				12 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE _____			
13 - NOME DO RESPONSÁVEL _____				14 - TELEFONE DE CONTATO Nº DO TELEFONE _____			
15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) _____				16 - CID - IBGE MUNICÍPIO _____			
17 - UF _____				18 - CEP _____			
JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO							
20 - PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <i>Plastias expostas feridas de cabeça do tipo E</i>							
21 - HISTÓRICO QUE JUSTIFICA A INTERNAÇÃO <i>Uso de drogas</i>							
22 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE EXAMES DIAGNÓSTICOS (RESUL TADOS E LAUS REALIZADOS) <i>R + Exame</i>							
23 - DIAGNÓSTICO INICIAL <i>Fat. cabeça tipo E</i>							
24 - CID - 10 PRINCIPAL _____							
25 - CID - 10 SECUNDÁRIO _____							
26 - CID - 10 CAUSAS ASSOCIADAS _____							
PROCEDIMENTO SOLICITADO							
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <i>Plastias</i>							
28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO _____							
29 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSINANTE _____							
30 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSINANTE <i>Dr. Elias Holanda</i>							
31 - ASSINATURA E CARIMBO DO REGISTRO DO COLEGIO DE PROFISSIONAIS <i>Dr. Elias Holanda</i>							
PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)							
32 - CNPJ DA SEGURADORA _____							
33 - Nº DO BILHETE _____							
34 - CNPJ DA EMPRESA _____							
35 - CNAE DA EMPRESA _____							
36 - () ACIDENTE DE TRÂNSITO 37 - () ACIDENTE TRABALHISTICO 38 - () ACIDENTE TRABALHO TRAJETO							
39 - VÍNCULO COM A PREVIDÊNCIA () EMPREGADO () EMPREGADOR () AUTÔNOMO () SEMPREGADO () APOSENTADO () NÃO SEGUI							
AUTORIZAÇÃO							
40 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR _____							
41 - Nº DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR _____							
42 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOS _____							





GOVERNO DA PARÁ
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DISTRITAL DE QUEIMADAS

RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome do Paciente: <u>Mora Alexandre de Araújo</u>		Nº do Prontuário
Data da Cirurgia: <u>10/08/15</u>	Enf. <u>Leito</u>	
Cirurgião: <u>Dr. Elias Holube</u>	1º Auxiliar	
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Instrumentador
Anestesia	Tipo da Anestesia	
Diagnóstico Pré-Operatório		
<u>Fat. cabeça fechada (E)</u>		
Tipo de Cirurgia		
<u>Exame cabeça fechada</u>		
Diagnóstico Pós-Operatório		
Relatório imediato do Patologista		
Exame Radiológico no Ato		
Acidente Durante a Cirurgia		

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos Viscerais

(1) Pife em DPH sob bloquino
de plexo Braquial
(2) Washman e Antiseptico
(3) Cirurgia aberta
(4) Incaso de Rocha
(5) Realiza DPH para o local usual
fazendo abertura da cabeça
do Radio Espinal
(6) Realizando Exame da cabeça da
húmulo C/8/9/10
(7) Realizando exame
(8) Sutura DPH + curativo
(9) Imobilização
(10) do RPA

[Assinatura]
CPM-PR 9750
Dr. Elias Holube



Petição em anexo





SARAIVA & ASSOCIADOS
Dr. EMMANUEL SARAIVA FERREIRA
Rua Floriano Peixoto, nº4510, Malvinas.
Campina Grande-PB.
(83) 99829 8855

EXCELENTÍSSIMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL COMARCA DE MAMANGUAPE-PB

PROCESSO: 080.061760-2016.815.0231
AUTOR: LUIZ ANASTÁCIO DA SILVA
AUTOR: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO - DPVAT

LUIZ ANASTÁCIO DA SILVA, já devidamente qualificado nos autos, em epígrafe, por intermédio de seu bastante procurador que esta subscreve vem perante V. Exa., expor e ao final requer:

Doutor e íncrito julgador, o processo em epígrafe foi distribuído em **08/04/2016** e encontra-se **CONCLUSO** desde **11/04/2016** e o até o momento não houve qualquer movimentação razão pela qual acredita-se que pode ter ocorrido algum equívoco no tramite cartorário ou seja devido ao grande número de processos que este Cartório se encontra o processo mencionando provavelmente não tenha sido movimentado ainda.

Diante do exposto,
Requer a Vossa Excelência seja analisado a situação exposta acima no sentido de que o processo tenha algum andamento.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Campina Grande – PB, em 27 de julho de 2017.

Bel. Emmanuel Saraiva Ferreira
ADVOGADO – 16.928/PB





PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA

COMARCA DE MAMANGUAPE - 3ª VARA MISTA

Fórum Des. Miguel Levino, Av. Presidente Kennedy, s/n.º CEP 58280-000

Processo nº 0800617-60.2016.8.15.0231

AUTOR: LUIZ ANASTACIO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos, etc.

Conforme entendimento do STF¹, bem como o do TJPB², nas ações de cobrança do seguro DPVAT é condição para a caracterização do interesse de agir a comprovação de requerimento administrativo formulado previamente perante as seguradoras.

Assim sendo, intime-se a parte autora, por seu advogado, para emendar a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento e extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 321 do CPC, devendo juntar comprovante de requerimento administrativo prévio que demonstre o interesse de agir.

Igualmente, deverá informar o porquê de propor a ação neste Juízo, tendo em vista que o endereço do autor é em Santa Rita-PB e o acidente aconteceu na cidade de Rio Tinto-PB.

Cumpra-se.

Mamanguape, 7 de agosto de 2017

Juiz(a) de Direito



1 EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONSTITUCIONAL. GARANTIA DE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO. EXIGÊNCIA DE REQUERIMENTO PRÉVIO. CARACTERIZAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 5º, INC. XXXV, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. REQUERIMENTO INEXISTENTE MAS DESNECESSÁRIO PORQUE ATENDIDA REGRA DE TRANSIÇÃO PELA CONTESTAÇÃO DE MÉRITO DA SEGURADORA (RE 631.240). AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (RE 824712 AgR, Relator(a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 19/05/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-105 DIVULG 02-06-2015 PUBLIC 03-06-2015)

2 SÚPLICA REGIMENTAL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE EM VIRTUDE DE ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SENTENÇA QUE EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO POR AUSÊNCIA DE LAUDO MÉDICO E REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. NECESSIDADE APENAS DA NEGATIVA DO PEDIDO EXTRAJUDICIAL. PRESENÇA DE LAUDO TÉCNICO DO HOSPITAL DE TRAUMAS DA PARAÍBA E POSSIBILIDADE DE REALIZAÇÃO DE PERÍCIA NO CURSO DO PROCESSO. PRECEDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EXARADO EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL QUANTO À FALTA DE INTERESSE DE AGIR POR FALTA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. SUBSUNÇÃO DO CASO À REGRA DE TRANSIÇÃO. AÇÃO AJUIZADA ANTES DA APRECIAÇÃO DO ARESTO PARADIGMA. ANULAÇÃO DA SENTENÇA E SOBRESTAMENTO DO FEITO. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO AUTOR PARA CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 631.240. PROVIMENTO PARCIAL DA IRRESIGNAÇÃO. MANUTENÇÃO DO JULGADO. DESPROVIMENTO DA IRRESIGNAÇÃO. - "Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao poder judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas. (TJPB – ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00075853820148152001, 1ª Câmara Especializada Cível, Relator DES JOSE RICARDO PORTO , j. em 28-07-2015)



PETIÇÃO EM PDF, EM ANEXO.



**EXMO (A). SR (A). DR (A). JUIZ (ÍZA) DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA
COMARCA DE MAMANGUAPE, ESTADO DA PARAÍBA**

Processo sob o Nº. 0800617-60.2016.815.0231

Douto Julgador,

LUIZ ANASTACIO DA SILVA, já qualificado nos autos da ação em epígrafe em que contende com **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., Em atendimento ao R. Despacho, para expor e requerer o que segue:

PRELIMINARMENTE

A respeito do prévio requerimento administrativo, o Supremo Tribunal Federal assim se manifestou: *“Esta corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao poder judiciário, previsto no art. 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo plenário da corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso.”* (STF Re: 839.353 MA, relator: Min. Luiz Fux, Data de Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: DJE-026 divulg. 06/02/2015 e public. 09/02/2015). (grifo nosso)

Como visto, embora o STF tenha firmado tese acerca da necessidade de requerimento administrativo prévio, deixou claro que tal requisito não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas.

Dessa forma, conforme o “Acompanhe o Processo de Indenização”, em consulta ao site da requerida (<http://www.seguradoralider.com.br>), é inegável o interesse de agir do autor, de forma que eventual ausência de documentação pertinente pode e deve ser analisada pelo Poder Judiciário.

I. DA COMPROVAÇÃO DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO

Esclarece que demandou na via administrativa o processo do Seguro DPVAT, tento remetido seu processo para DENARDI Regulação de Sinistros Ltda, conforme Registro de Sinistro sob o nº 3150/698731, em anexo, onde coube a esta empresa



SARAIVA & ASSOCIADOS

ASSESSORIA JURIDICA

Bel. EMMANUEL SARAIVA FERREIRA

regular o pedido, entretanto até agora não deu solução ao requerimento administrativo do autor, negando ou deferindo o pagamento, quando na verdade “CANCELOU” o pedido de indenização do autor.

Torna-se ainda oportuno ressaltar que o autor atendeu todas as exigências da requerida nos autos do processo administrativo, porém, o requerente encontrou resistência e, até mesmo, mora da Seguradora em responder a seu pedido.

Ocorre que, a Lei 6.194/74 determina que o prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data da entrega da documentação completa, todavia, a requerida fazendo uso de circulares oriundas da SUSEP, e CNSP edita novas “regras” administrativas para dificultar e procrastinar o pagamento das liquidações.

Sendo assim, sabendo o autor da má-vontade da seguradora em apreciar o seu pedido, e, também, para evitar o perecimento do seu direito, resolveu buscar a prestação jurisdicional sem esgotar a via administrativa buscada, exercendo o princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, CF art.5º XXXV.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Mamanguape, PB, em 06/11/17

BEL. EMMANUEL SARAIVA FERREIRA
ADVOGADO / OAB-PB 16.928





(/)

Buscar no site

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a uma seguradora autorizada do Seguro DPVAT. Após ser analisada, a documentação é disponibilizada para parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3150698731 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** LUIZ ANASTACIO DA SILVA**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** DENARDI Regulação de Sinistros Ltda**BENEFICIÁRIO** LUIZ ANASTACIO DA SILVA**CPF/CNPJ:** 58313478420**Posição em 06-11-2017 14:42:29**

Pedido de indenização cancelado.

ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A

COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documento Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Pague-Seguro.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)

ACOMPANHE O PROCESSO



v.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultasemsinistro=true

1/1



Assinado eletronicamente por: EMMANUEL SARAIVA FERREIRA - 06/11/2017 13:51:18

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=17110613504492400000010349321

Número do documento: 17110613504492400000010349321

EXMO (A). SR (A). DR (A). JUÍZ (ÍZA) DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MAMANGUAPE, ESTADO DA PARAÍBA

Proc. Nº 0800617-60.2016.815.0231

Douto julgador,

LUIZ ANASTACIO DA SILVA, já qualificado(a) nos autos da ação em epígrafe, em que contende com **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A.**, vem à presença de V. Exa., por seu advogado, para expor e requer o que segue:

Por um lamentável equívoco, quando da elaboração do petitório inicial, o autor informou seu endereço sendo o de Santa Rita, Paraíba. Com o pedido de escusas pelo deslize involuntário, vem emendar a inicial para dizer que o autor reside e domicilia a **Rua João Caetano, 130, Centro, Mamanguape, Paraíba.**

Outrossim, vem requer a V. Exa. a juntada de “**DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA**” do endereço supracitado, para que produza seus efeitos legais.

Nestes termos,

Pede juntada e DEFERIMENTO.

Mamanguape, PB, em 06/11/17



EMMANUEL SARAIVA FERREIRA

Advogado / OAB-PB 16.928



DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, LUIZ ANASTACIO DA SILVA,

RG nº 55.236, data de expedição 11/10/1994 Órgão SSP/PB,

CPF nº 583.134.784-20, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>R. JOÃO CAETANO</u>
Número	<u>130</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>CENTRO</u>
Cidade	<u>MANANGUAPE</u>
Estado	<u>PARAIBA</u>
CEP	
Telefone de Contato	<u>(83) 3342-2704</u>
E-mail	<u>BARBINSOCS@HOTMAIL.COM</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: MANANGUAPE, 25.09.13

Assinatura do Declarante: LUIZ ANASTACIO DA SILVA





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

3ª VARA MISTA DA COMARCA DE MAMANGUAPE

Fórum Des. Miguel Levino, Av. Presidente Kennedy, s/n, BR 101CEP: 58280-00

Fone (0xx83) 3292-4230

Processo nº 0800617-60.2016.8.15.0231

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: LUIZ ANASTACIO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Este despacho/decisão serve como carta/notificação/intimação/precatória/ofício, nos termos do Provimento CGJ nº 08/2014

Vistos, etc.

Defiro a gratuidade judiciária, nos termos do art. 98 do CPC.

Considerando que a pauta deste Juízo encontra-se assoberbada e a designação de audiência se daria para data muito avançada; que, a exemplo de outros casos desta natureza, não há proposta de conciliação em uma primeira oportunidade, mas poderá ser realizada em qualquer fase processual; e que a realização da solenidade conciliatória, prevista no art. 334 do CPC, traria mais prejuízos à celeridade processual que benefícios, entendo inviável a realização do ato neste momento, razão pela qual **deixo de designar audiência de conciliação**, o que faço com fulcro no art. 139, VI, do CPC e do Enunciado nº 35 do ENFAM.

Com vistas à celeridade e economia processual, **CITE-SE** a promovida para responder à ação, no prazo de 15 (quinze) dias, ocasião em que poderá apresentar tudo o que interesse a sua defesa, além de preliminares, reconvenção, incompetência relativa, incorreção do valor da causa e indevida concessão de justiça gratuita.

Saliente-se a possibilidade da parte promovida requerer a designação da audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, caso entenda viável a autocomposição do litígio, advertindo-se que a utilização do ato processual como forma de retardar o processo poderá ser considerada como ato atentatório à dignidade da justiça e litigância de má-fé, punível com multa.



Apresentada a contestação com preliminares ou defesa indireta, intime-se a parte autora para impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC.

Cumpra-se.

Mamanguape, 23 de setembro de 2018

Juiz(a) de Direito





ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
3ª Vara Mista de Mamanguape

PROCESSO Nº 0800617-60.2016.8.15.0231

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: LUIZ ANASTACIO DA SILVA
RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CARTA DE CITAÇÃO

De ordem do MM Juiz de Direito deste Juízo, em cumprimento ao despacho proferido nos autos da ação acima identificada, **CITO** Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, - de 58 ao fim - lado par, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

, para que tome conhecimento de todo o conteúdo da Ação supra, e, querendo, contestá-la, no prazo de **15** (quinze) dias.

ADVERTÊNCIA: Caso o promovido(a), ora citado(a), não ofereça(m) contestação, serão presumidos como verdadeiros os fatos alegados contra ele(a).

Encaminha-se anexa cópia da petição inicial.

MAMANGUAPE-PB, 2 de outubro de 2019.

ITALO BRUNO AMORIM MARINHO
Técnico Judiciário Autorizado.



PARA VISUALIZAR A CONTRAFÉ ACESSE O LINK:

<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

NO CAMPO "**Número do documento**" INFORME O IDENTIFICADOR DO DOCUMENTO:

XXXXXXXXXXXXXX



Assinado eletronicamente por: ITALO BRUNO AMORIM MARINHO - 02/10/2019 09:39:01

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19100209390108800000024138020>

Número do documento: 19100209390108800000024138020